



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original S.A.

31 de Dezembro de 2014

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	9
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 9 . Outros Créditos	19
Nota 10 . Outros Valores e Bens	21
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	21
Nota 12 . Imobilizado de Uso	22
Nota 13 . Intangível	22
Nota 14 . Diferido	22
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	22
Nota 16 . Obrigações por empréstimos	24
Nota 17 . Outras Obrigações	24
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 19 . Patrimônio Líquido	25
Nota 20 . Limites Operacionais	26
Nota 21 . Partes Relacionadas	26
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	27
Nota 23 . Despesas de Pessoal	28
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	28
Nota 25 . Despesas Tributárias	28
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	28
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 28 . Resultado não Operacional	29
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	29
Nota 31 . Outras Informações	30
Relatório do Comitê de Auditoria	32

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013, o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

• Projeto Banco Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios iniciamos em 2013 e de forma mais acelerada 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. Lançamento previsto para 2015.

• Desempenho nos Negócios
1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$69.061 mil, contra um Lucro de R\$47.499 mil apresentados no exercício de 2013, e no segundo semestre de 2014 um lucro de R\$47.366 mil.

Em 2014 tivemos uma recuperação de crédito baixado para prejuízo líquida de despesa de provisão de crédito no montante de R\$4.778. Em 2013 tivemos uma despesa de provisão de crédito líquida da recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$28.670.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$4.451.279 mil (2013 - R\$2.573.639), são representados por: R\$247.108 (2013 - R\$654.795) Aplicações Interfinanceiras, R\$ 1.323.633 (2013 - R\$820.507) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e R\$2.409.937 (2013 - R\$766.751) de Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos R\$ 1.920.960 (2013 - R\$ 725.768).

A carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 2.409.937, o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 37.014, correspondente a 1,54% da carteira total, em dezembro de 2013 correspondiam a R\$766.751 mil, R\$40.983 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito expandida incluindo avais e fianças ao término do exercício atingiu R\$ 2.599.753 (2013 - R\$ 835.071) com saldo de Provisão para Liquidação Duvidosa de R\$ 38.240 (2013 - R\$ 40.983).

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$2.910.044 mil e em 2013, R\$1.869.686 mil.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$1.977.385 mil (Capital Social - R\$2.103.451 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial R\$ (8.193) e Prejuízos Acumulados R\$ (117.873) mil, comparados a R\$1.932.871 mil (Capital Social - R\$2.080.301 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$504 mil e Prejuízos Acumulados - R\$147.934 mil), apresenta evolução de 2%, este aumento é decorrente, principalmente, dos aumentos de capital, ocorridos em dezembro e junho de 2014 e redução do prejuízo acumulado.

• Expansão dos Negócios

Em 2014 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Banco Original S.A:

Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento;

Abertura de agência no exterior;

Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda;

Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda.

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's ¹	BR - 2	Baa1.br
Standard & Poor's ²	brA-3	brBBB
Fitch Rating ³	F2	BBB+

(1) Atualizado em outubro de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

(3) Atualizado em janeiro de 2015.

- **Governança Corporativa**

- 1. **Gerenciamento de Riscos e Controles**

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais e a estrutura dos comitês de que governam o processo de gestão do Banco. A Instituição entende que é fundamental para o desempenho dos negócios manter um processo de decisão transparente que possibilite a todos os colaboradores a possibilidade de agregar valor ao negócio.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

- **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2014, foram abertas 92 demandas (2013 - 136), informadas à Alta Administração do Banco, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/2010.

- **Pessoas**

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

No primeiro semestre de 2014 o Banco lançou uma ferramenta de ensino à distância, o Portal Original do Conhecimento, onde os colaboradores encontram diversas atividades de aprendizagem que possibilitam a troca de conhecimento dentro da plataforma.

- **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		3.411.480	2.066.040
Disponibilidades	4	28.839	21.172
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	242.799	649.723
Aplicações no Mercado Aberto		205.649	547.777
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		37.150	101.946
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.170.055	709.179
Carteira Própria	6.a	1.008.804	593.390
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	112.333	78.926
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	2.669	32.219
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	46.249	4.644
Relações Interfinanceiras	7	657	1.295
Créditos Vinculados:		485	88
Depósitos no Banco Central		485	88
Correspondentes		172	1.207
Relações Interdependências	15.d	558	-
Transferências Internas de Recursos		558	-
Operações de Crédito	8	1.768.951	508.682
Setor Privado		1.794.189	529.359
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(25.238)	(20.677)
Outros Créditos	9	190.762	172.598
Carteira de Câmbio	9.a	98.397	-
Rendas a Receber		652	68
Negociação e Intermediação de Valores		11.223	1.569
Créditos Tributários	9.b	43.514	38.584
Diversos	9.d	41.252	132.377
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(4.276)	-
Outros Valores e Bens	10	8.859	3.391
Despesas Antecipadas	10	8.859	3.391
Ativo Realizável a Longo Prazo		846.936	479.623
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.309	5.072
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.309	5.072
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	153.578	111.328
Carteira Própria	6.a	3.283	102.030
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	149.993	9.298
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	302	-
Operações de Crédito	8	152.009	217.086
Setor Privado		159.509	237.392
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(7.500)	(20.306)
Outros Créditos	9	478.412	124.573
Créditos Tributários	9.b	112.961	124.573
Diversos	9.d	365.451	-
Outros Valores e Bens	10	58.628	21.564
Outros Valores e Bens		74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	10	-	-
Permanente		192.863	27.976
Investimentos	11	2.329	604
Participações em Coligadas e Controladas:		1.864	-
No País	11	1.864	-
Outros Investimentos		465	604
Imobilizado de Uso	12	43.086	7.292
Outras Imobilizações de Uso		53.875	16.388
(Depreciações Acumuladas)		(10.789)	(9.096)
Ativos Intangíveis	13	147.448	20.080
Ativos Intangíveis		147.448	20.080
Diferido	14	-	-
Gastos de Organização e Expansão		-	1.227
(Amortizações Acumuladas)		-	(1.227)
Total do Ativo		4.451.279	2.573.639

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		2.144.135	426.292
Depósitos	15.a	361.957	125.647
Depósitos à Vista		31.729	7.452
Depósitos Interfinanceiros		35.433	36.642
Depósitos a Prazo		294.795	81.553
Captações no Mercado Aberto	15.b	111.764	78.829
Carteira Própria		111.764	78.829
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	761.935	55.338
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		761.935	55.338
Relações Interdependências	15.d	1.465	20.773
Recursos em Trânsito de Terceiros		921	20.773
Transferências Internas de Recursos		544	-
Obrigações por empréstimos	16	563.010	-
Empréstimos no Exterior		563.010	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	59.018	21.764
Outras Instituições		59.018	21.764
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	18.285	4.229
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.285	4.229
Outras Obrigações	17	266.701	119.712
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25	-
Carteira de Câmbio	9.a	804	-
Sociais e Estatutárias		10.000	10.000
Fiscais e Previdenciárias	17.a	46.509	29.023
Negociação e Intermediação de Valores		13.220	339
Diversas	17.b	196.143	80.350
Passivo Exigível a Longo Prazo		327.392	213.526
Depósitos	15.a	197.349	157.315
Depósitos a Prazo		197.349	157.315
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	76.672	2.244
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		76.672	2.244
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	3.903	3.446
Outras Instituições		3.903	3.446
Outras Obrigações	17	49.468	50.521
Diversas	17.b	49.468	50.521
Resultados de Exercícios Futuros		2.367	950
Rendas Antecipadas		2.367	950
Patrimônio Líquido	19	1.977.385	1.932.871
Capital Social:		2.103.451	2.080.301
De Domiciliados no País	19.a	2.103.451	2.080.301
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(8.193)	504
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(117.873)	(147.934)
Total do Passivo		4.451.279	2.573.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas da Intermediação Financeira		240.644	408.430	295.134
Operações de Crédito	8.g	230.862	298.237	141.647
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	88.908	134.452	173.871
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(91.730)	(33.417)	(26.153)
Resultado de Operações com Câmbio		12.604	9.158	66
Despesas da Intermediação Financeira		(115.838)	(152.933)	(74.579)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(61.532)	(85.766)	(44.522)
Operações de Empréstimos e Repasses		(56.983)	(57.304)	(428)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		2.677	(9.863)	(29.629)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		124.806	255.497	220.555
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(67.654)	(143.686)	(124.659)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	10.829	16.882	2.792
Despesas de Pessoal	23	(46.950)	(89.981)	(69.728)
Outras Despesas Administrativas	24	(29.741)	(54.642)	(58.720)
Despesas Tributárias	25	(7.731)	(16.188)	(11.158)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(178)	(178)	13.700
Outras Receitas Operacionais	26	8.815	8.379	6.828
Outras Despesas Operacionais	27	(2.698)	(7.958)	(2.670)
Resultado Operacional		57.152	111.811	95.896
Resultado não Operacional	28	1.209	523	418
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		58.361	112.334	96.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(4.867)	(23.416)	(13.984)
Provisão para Imposto de Renda		(1.167)	(10.152)	(1.196)
Provisão para Contribuição Social		(598)	(5.298)	(476)
Ativo Fiscal Diferido		(3.102)	(7.966)	(12.312)
Participações no Lucro		(6.128)	(19.857)	(34.831)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		47.366	69.061	47.499
Juros Sobre Capital Próprio		(39.000)	(39.000)	(26.000)
Lucro Líquido por Ação - em 537.826.073 Ações		0,0403	0,1284	0,0883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		1.997.408	-	6.718	(169.432)	1.834.694
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	19.a	-	12.100	-	(12.100)	-
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		70.793	-	-	-	70.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	(6.214)	-	(6.214)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	47.499	47.499
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.068.201	12.100	504	(147.934)	1.932.871
Mutações do Exercício		70.793	12.100	(6.214)	21.499	98.178
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.068.201	12.100	504	(147.934)	1.932.871
Aumento de Capital	19.a	-	23.150	-	-	23.150
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		12.100	(12.100)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	(8.697)	-	(8.697)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	69.061	69.061
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	(39.000)	(39.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Mutações do Exercício		12.100	11.050	(8.697)	30.061	44.514
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.080.301	-	(361)	(126.239)	1.953.701
Aumento de Capital em Andamento	19.a	-	23.150	-	-	23.150
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	(7.832)	-	(7.832)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	47.366	47.366
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	19.c	-	-	-	(39.000)	(39.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2014	2013
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		47.366	69.061	47.499
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:		(34.048)	3.887	65.632
Juros sobre capital próprio	19.c	(39.000)	(39.000)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(2.677)	9.863	29.629
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	11	178	178	(13.700)
Depreciações e Amortizações	24	895	1.693	1.799
Tributos Diferidos		3.102	7.966	12.312
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	(2.674)	3.330	761
Provisão de Participações no Lucro		6.128	19.857	34.831
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		13.318	72.948	113.131
Variações em Ativos e Passivos				
		(394.330)	(186.340)	(707.874)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(36.579)	230.043	(156.411)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(749.209)	(591.940)	(10.429)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(2.332)	(19.228)	19.657
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		-	-	(5)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(779.997)	(1.186.947)	(436.575)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(423.926)	(390.927)	(82.189)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(2.140)	(42.532)	(1.514)
Aumento (Redução) em Depósitos		226.279	276.344	(132.929)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		80.764	32.935	78.829
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		565.615	781.025	45.219
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		582.899	600.721	16.071
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		143.483	122.749	(48.548)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		813	1.417	950
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(381.012)	(113.392)	(594.743)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimentos		(2.041)	(2.041)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(23.612)	(37.487)	(3.515)
Aplicações no Intangível		(94.807)	(127.368)	(20.080)
Alienação de Bens não de Uso		-	-	4.077
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		-	-	135.455
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(120.460)	(166.896)	115.937
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital		23.150	23.150	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(23.150)	(23.150)	(10.000)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	-	(10.000)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(501.472)	(280.288)	(488.806)
Modificações na Posição Financeira:		(501.472)	(280.288)	(488.806)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	735.960	514.776	1.003.582
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	234.488	234.488	514.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas de atualização dessas contas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo, edificações - 25 anos instalações, móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do projeto Banco Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até dezembro de 2014. Temos a expectativa que a amortização iniciará a partir de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo a cada data de balanço, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado. No segundo semestre de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.c.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2014 e 2013 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 19.c.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	28.839	21.172
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	205.649	493.604
Total	234.488	514.776

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Aplicações no Mercado Aberto	205.649	-	-	205.649	547.777
Posição Bancada	205.649	-	-	205.649	547.777
Letras do Tesouro Nacional - LTN	205.649	-	-	205.649	249.084
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	298.693
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	37.150	4.309	41.459	107.018
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	35.161	4.309	39.470	105.834
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	175	-	175	140
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	1.613	-	1.613	964
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	201	-	201	80
Total	205.649	37.150	4.309	247.108	654.795
Circulante				242.799	649.723
Longo Prazo				4.309	5.072

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2014 Valor Contábil	31/12/2013 Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	455.939
Títulos Privados				
Ações de Companhia Abertas	33.249	27.629	60.878	105.041
Total Carteira Própria	33.249	27.629	60.878	560.980
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	78.926
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	78.926
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	41.517
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	41.517

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

			31/12/2014	31/12/2013
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	326.234	(1.795)	324.439	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	169.340	(3.699)	165.641	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	51.849	(962)	50.887	101.522
Aplic.em TVM.no Exterior	409.207	(2.248)	406.959	-
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.283	-	3.283	3.374
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	29.543
Total	959.913	(8.704)	951.209	134.439
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	114.001	(1.668)	112.333	-
Total	114.001	(1.668)	112.333	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	112.218	(1.627)	110.591	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	25.304	(553)	24.751	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	17.591	(271)	17.320	-
Total	155.113	(2.451)	152.662	-

a.2) Classificação e Vencimento

				31/12/2014	31/12/2013
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	455.939
Total Títulos Públicos	-	-	-	-	455.939
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas ⁽¹⁾	60.878	-	-	60.878	105.042
Total Títulos Privados	60.878	-	-	60.878	105.042
Total Carteira Própria	60.878	-	-	60.878	560.981
Circulante				60.878	560.473
Longo Prazo				-	508
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	78.926
Total Títulos Públicos	-	-	-	-	78.926
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-	78.926
Circulante				-	78.926
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	41.517
Total Títulos Públicos	-	-	-	-	41.517
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	41.517
Circulante				-	32.219
Longo Prazo				-	9.298

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				<u>31/12/2014</u>		31/12/2013
	Sem		De 3 a	Acima de		
	Vencimento	Até 3 meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Títulos Disponível para Venda						
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	324.440	-	-	324.440	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	165.641	-	-	165.641	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	50.887	-	-	50.887	101.522
Aplic. em TVM.no Exterior	-	-	406.958	-	406.958	-
Total Títulos Públicos	-	540.968	406.958	-	947.926	101.522
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	3.283	3.283	3.374
Ações cias Abertas ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	29.543
Total Títulos Privados	-	-	-	3.283	3.283	32.917
Total Carteira Própria	-	540.968	406.958	3.283	951.209	134.439
Circulante					947.926	32.917
Longo Prazo					3.283	101.522
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	112.333	-	112.333	-
Total Títulos Públicos	-	-	112.333	-	112.333	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	112.333	-	112.333	-
Circulante					112.333	-
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	110.591	110.591	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	24.751	24.751	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	2.669	14.651	17.320	-
Total Títulos Públicos	-	-	2.669	149.993	152.662	-
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	2.669	149.993	152.662	-
Circulante					2.669	-
Longo Prazo					149.993	-

(1) Em dezembro de 2013 foi realizado a reclassificação das ações da JBS S.A. (JBS) (JBSS3) de Disponível para Venda para Negociação, com observância a Circular nº 3.068 do BACEN gerando impacto no resultado de R\$ 22.407.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31.940	77.195	68.506
Rendas de Títulos de Renda Fixa	30.744	42.442	32.319
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.617	8.208	72.881
Outros	6.607	6.607	165
Total	88.908	134.452	173.871

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - dez/2014		Value at Risk		
		dez/13		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	6.564	164	6
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	1	2
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	474	848	63
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	2	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	14.452	14.210	23.292
Exposição com correlação		21.817	15.030	23.358

Carteira Banking - dez/2014		Teste de Estresse		
		dez/13		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		29.233	18.160	32.685

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	15.655	14.093	1.272.521	4.644	4.644	281.473
Pré-Fixado	14.118	12.489	305.534	-	-	-
Dólar	1.428	1.495	958.599	4.644	4.644	281.473
Real	109	109	8.388	-	-	-
Passivo	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)	(1.981)	(4.039)	(281.473)
Pré-Fixado	(173)	(531)	(305.534)	-	-	-
Dólar	(13.566)	(7.753)	(958.599)	(1.981)	(4.039)	(281.473)
Real	(32)	(32)	(8.388)	-	-	-
Diferencial Líquido	1.884	5.777	-	2.663	605	-
Swap						
Posição Ativa	47.022	31.879	596.246	11	-	5.130
Pré-Fixado	46.605	31.410	431.231	-	-	-
Dólar	112	158	158.997	-	-	-
CDI	305	311	6.018	11	-	5.130
Passivo	(11.051)	(9.969)	(596.246)	(17)	(190)	(5.130)
Pré-Fixado	-	-	(431.231)	-	-	-
Dólar	(11.051)	(9.969)	(158.997)	-	-	-
CDI	-	-	(6.018)	(17)	(190)	(5.130)
Diferencial Líquido	35.971	21.910	-	(6)	(190)	-
Opções						
Posição Passiva	762	579	(12.500)	-	-	-
Dólar	762	579	(12.500)	-	-	-
Diferencial Líquido	762	579	(12.500)	-	-	-

	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	1.884	3.893	5.777	1.272.521	605	281.473
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	35.971	(14.061)	21.910	596.246	(190)	5.130
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	762	(183)	579	12.500	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	2.529.162	-	858.638
Total	38.617	(10.351)	28.266	4.410.429	415	1.145.241

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2014			31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.465)	6.940	302	5.777	605
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(4.165)	26.075	-	21.910	(190)
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	579	-	579	-
Total	(5.630)	33.594	302	28.266	415

Futuros Referencial	31/12/2014			31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
DI	326.000	378.500	678.500	1.383.000	597.914
Dólar	534.577	-	-	534.577	260.724
DDI	241.714	363.899	-	605.613	-
BGI	5.166	-	-	5.166	-
Euro	806	-	-	806	-
Total	1.108.263	742.399	678.500	2.529.162	858.638

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$1.997 passivos (2013 – 1.230 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$152.662(2013 - R\$41.517) este representado por LTN R\$ 110.591 e NTN R\$ 42.071. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	36.467	(138.195)	(101.728)	47.544	(151.151)	(103.607)	2.640
"Swap"	70.865	(39.675)	31.190	77.204	(39.849)	37.355	1.357
Opções	773	(21)	752	773	(330)	443	(339)
DI	8.588	(86.778)	(78.190)	49.065	(88.066)	(39.001)	2.182
DDI	59.166	(6.445)	52.721	65.396	(6.445)	58.951	(457)
BGI	220	(98)	122	227	(120)	107	3.058
Moedas	10.516	(7.113)	3.403	25.979	(12.819)	13.160	(30.420)
Índice	-	-	-	-	-	-	(461)
Milho	-	-	-	-	-	-	(791)
Dólar	-	-	-	-	(541)	(541)	(2.922)
S&P	-	-	-	-	(284)	(284)	-
Total	186.595	(278.325)	(91.730)	266.188	(299.605)	(33.417)	(26.153)

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos Descontados	942.137	578.910
Empréstimos	942.137	578.910
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	290.955	166.250
Capital de Giro	550.113	308.566
Conta Corrente Garantida	76.258	41.793
Empréstimo Consignado	24.421	61.280
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	389	1.021
Empréstimo Rotativo	1	-
Títulos Descontados	91	0
Financiamentos	737.861	160.379
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	737.861	160.379
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	62.792	19.580
Financiamentos Imobiliários	107.955	7.882
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 8 f.1)	102.862	-
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	88.996	-
Outros Créditos (Nota 9.d)	367.243	-
Sub-Total	2.409.937	766.751
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(32.738)	(40.983)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.276)	-
Total	2.372.923	725.768
Circulante	1.855.463	508.682
Longo Prazo	517.460	217.086

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a			31/12/2014	31/12/2013
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	941	790.797	250.875	1.042.613	-
Indústria	6.956	434.517	154.935	596.408	576.153
Outros Serviços	3.241	648.521	119.149	770.911	85.824
Pessoas Físicas	1	4	-	5	104.774
Total	11.139	1.873.839	524.959	2.409.937	766.751

c) Concentração de Crédito

	31/12/2014				31/12/2013	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	547.745	23%	5.338	14%	362.290	47%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.034.340	43%	10.129	27%	336.403	44%
100 Maiores Devedores Seguintes	374.589	16%	7.590	20%	9.441	1%
Demais Devedores Seguintes	453.263	19%	14.067	38%	58.617	8%
Total	2.409.937	100%	37.124	100%	766.751	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2014. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2014
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		
AA	0,0%	63.908	-	63.908	-
A	0,5%	951.580	-	951.580	4.758
B	1%	1.067.695	8.579	1.076.274	10.763
C	3%	255.496	10.093	265.589	7.968
D	10%	21.962	15.341	37.303	3.730
E	30%	26	3.353	3.379	1.014
F	50%	5.588	466	6.054	3.027
G	70%	29	288	317	221
H	100%	231	5.302	5.533	5.533
Total		2.366.515	43.422	2.409.937	37.014

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2013
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		
A	0,5%	112.910	-	112.910	565
B	1%	364.753	2.979	367.732	3.677
C	3%	215.382	1.223	216.605	6.498
D	10%	20.478	843	21.321	2.132
E	30%	15	21.453	21.468	6.440
F	50%	8.945	713	9.658	4.829
G	70%	28	692	720	505
H	100%	2.002	14.335	16.337	16.337
Total		724.513	42.238	766.751	40.983

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	40.983	31.054
Constituições Líquida de Reversão	5.677	44.750
Baixa para Prejuízo	(13.922)	(34.821)
Saldo Final ⁽¹⁾	32.738	40.983
Circulante	25.238	20.677
Longo Prazo	7.500	20.306
Créditos Recuperados ⁽²⁾	14.641	58.299

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	-	15.128
Constituições Líquida de Reversão	4.276	(15.128)
Saldo Final	4.276	-
Circulante	4.276	-
Longo Prazo	-	-

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	101	94
Constituições Líquida de Reversão	(90)	7
Saldo Final ⁽¹⁾	11	101
Circulante	11	101
Longo Prazo	-	-

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

No exercício de 2014, os créditos renegociados são de R\$ 17.134 (2013 - R\$ 42.587) e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 197, relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2014, o Conglomerado transferiu o montante de R\$ 20.866, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Total da Carteira Cedida	20.866	24.414
Valor da Venda	23.274	25.441
Lucro com Cessão de Créditos (Nota 8.g)	2.408	1.028
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 8.g)	-	6.675

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco Original realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Carteira Cedida com coobrigação	102.903	-
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	2.137	-
Total (Nota 17b)	105.040	-

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	102.862	-
Total (Nota 8.a)	102.862	-

g) Resultado de Operações de Crédito

	<u>2º Semestre</u>	<u>01/01 a 31/12/2014</u>	<u>01/01 a 31/12/2013</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2	3	-
Rendas de Empréstimos	82.848	129.171	74.428
Rendas de Títulos Descontados	5.747	6.968	-
Rendas de Financiamentos	137.804	154.780	15.539
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.511	14.641	58.299
Resultado com Cessão de Créditos sem Coobrigação	2.408	2.408	1.028
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(2.480)	(3.120)	(1.944)
Perdas com créditos incobráveis	(3.597)	(7.233)	(5.703)
Rendas de Crédito por Avais e Fianças Honrados	619	619	-
Total	230.862	298.237	141.647

9. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	811	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	(811)	-
Câmbio Comprado a Liquidar ¹	96.877	-
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ¹	1.520	-
Total	98.397	-
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	804	-
Obrigações por Compra de Câmbio	87.476	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ¹	(87.476)	-
Total	804	-

(1)Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.520 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 87.476 compõe o saldo de R\$ 88.996 divulgado na nota 8.a

O valor das operações de câmbio em 31 de dezembro de 2014 foi liquidado em D+1.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Créditos Tributários

	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	163.157	163.353
Constituições	27.872	17.681
Reversões	(34.554)	(17.877)
Saldo Final	156.475	163.157
Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a		
Saldo Inicial	17.699	8.331
Constituições	36.335	62.050
Reversões	(40.424)	(52.682)
Saldo Final	13.610	17.699

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo Fiscal	237.259	255.256
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	59.315	63.814
Base Negativa de Contribuição Social	241.227	256.365
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	36.184	38.455
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.964	40.983
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	4.276	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.874	20.105
Provisão para Contingências Cíveis	28.594	23.532
Provisão para Despesas Administrativas	28.131	25.363
Provisão PLR - Administradores	14.309	13.939
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10.574	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(492)	-
Perdas em Operações de Crédito	4.428	18.942
Outras Diferenças Temporárias	(253)	2.580
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	145.584	146.993
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	159.893	160.932
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	36.396	36.748
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	23.984	24.140
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	12.823	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	12.823	-
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	596	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	156.475	163.157
Circulante	43.514	38.584
Longo Prazo	112.961	124.573

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.223	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	881
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(847)	(1.636)
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.487	6.171
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(627)	(287)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	30.235	39.439
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.559	9.860
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	4.535	5.916
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.223	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	881
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.487	6.171
Outras diferenças temporárias	894	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	32.604	41.362
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.516	1.923
Total do Passivo Fiscal Diferido	13.610	17.699
Circulante	13.610	17.699
Longo Prazo	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	38.584	17.699	20.885
2015	43.514	13.610	29.904	27.029	-	27.029
2016	16.854	-	16.854	17.745	-	17.745
2017	31.142	-	31.142	26.198	-	26.198
2018	61.286	-	61.286	43.651	-	43.651
2019	1.940	-	1.940	9.949	-	9.949
A partir de 2020	1.739	-	1.739	-	-	-
Total	156.475	13.610	142.865	163.156	17.699	145.457

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2014, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 123.708 (R\$ 122.397 em 2013).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	18.169	8.058
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.808	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.738	3.423
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	5.264	2.946
Pagamentos a Ressarcir	1	-
Adiantamentos Salariais/Outros	707	476
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	-	-
Valor a Receber de Alienação de Investimento (Nota 28)	-	70.942
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	835	40.834
Devedores Diversos - País	9.938	4.299
Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito	367.239	-
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito	4	-
Total	406.703	132.377
Circulante	41.252	132.377
Longo Prazo	365.451	-

(1) Em 31 de dezembro de 2014 este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à Cofins a compensar, oriundos da incorporação da Fierisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2013, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2014	31/12/2013
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	8.859	3.391
Total	67.487	24.955
Circulante	8.859	3.391
Longo Prazo	58.628	21.564

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014 o Conglomerado fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		31/12/2014
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação
Controladas do Banco			
Original Asset Management Ltda	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	Corretora de Seguros	1.000.000	99,9%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Matone Promotora Ltda (Promotora) ¹	-	-	-	-	-	13.700
Original Asset Management Ltda ²	860	(194)	852	-	(192)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda ²	1.013	14	1.012	-	14	-
Total	1.873	(180)	1.864	-	(178)	13.700

(1) Investimento alienado em Dezembro de 2013.

(2) Investimento adquirido em 03 de outubro de 2014.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2014	31/12/2013
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.633	(1.251)	3.382	3.028
Sistemas de Processamento de Dados	47.741	(8.550)	39.191	3.645
Sistemas de Segurança e Comunicações	949	(491)	458	533
Outros	552	(497)	55	86
Total	53.875	(10.789)	43.086	7.292

13. Intangível

	Custo	31/12/2014	31/12/2013
		Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	103.845	103.845	17.669
Gastos com Consultoria	43.603	43.603	2.411
Total	147.448	147.448	20.080

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir do ano de 2016.

14. Diferido

	Custo	Amortização	31/12/2014	31/12/2013
			Líquido	Líquido
Gastos de Organização e Expansão	-	-	-	1.227
(Amortizações Acumuladas)	-	-	-	(1.227)
Total	-	-	-	-

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
					Total	Total
Depósitos à Vista	31.729	-	-	-	31.729	7.452
Depósitos Interfinanceiros	-	-	35.433	-	35.433	36.642
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	146.380	148.415	197.349	492.144	238.868
Total	31.729	146.380	183.848	197.349	559.306	282.962
Circulante					361.957	125.647
Longo Prazo					197.349	157.315

Em 31 de dezembro de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 163.040 (2013 - R\$ 208.200) e CDB no montante de R\$ 329.104 (2013- R\$ 30.668)

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 98 % e 116,5 % do CDI, (31/12/2013 - 100% e 115% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,33 % a.a. e 14,06 % a.a. (31/12/2013 - 7,83% a.a e 10,50% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (31/12/2013 - 113% e 120% do CDI).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos Interfinanceiros	(539)	(722)	(2.815)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(21.712)	(36.906)	(33.636)
Captação no Mercado Aberto	(2.376)	(3.279)	(1.269)
LCA	(29.145)	(35.086)	(2.113)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(1.969)	(3.780)	(4.684)
Despesas de Letras Financeiras	(105)	(131)	(5)
Despesas de Letras Imobiliárias	(5.686)	(5.862)	-
Total	(61.532)	(85.766)	(44.522)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Carteira Própria	111.764	-	-	111.764	78.829
Títulos Públicos ⁽¹⁾	111.764	-	-	111.764	78.829
Total	111.764	-	-	111.764	78.829
Circulante				111.764	78.829
Longo Prazo				-	-

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	294.381	337.094	75.114	706.589	57.582
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	3.172	127.060	-	130.232	-
Letras Financeiras- LF	-	228	1.558	1.786	-
Total	297.553	464.382	76.672	838.607	-
Circulante				761.935	55.338
Longo Prazo				76.672	2.244

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações posfixadas de 50% e 104% do CDI (31/12/2013 - 80% e 102% do CDI). Para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,04 % a.a. e 12,56% (31/12/2013 - 7,38% a.a. e 9,85% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações posfixadas no montante de 96 % a 103 % do CDI. Para LF com taxas praticadas em operações posfixadas de 108% a 116% do CDI ou 119,97% a 124, 29% do IPCA.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Funcafé - FAC	17.062	19.144	-	36.206	1.758
Funcafé - Custeio	-	-	-	-	8.717
Funcafé - Estocagem	2.014	8.984	954	11.952	4.003
Funcafé - Capital de Giro	6.084	5.731	2.948	14.763	10.732
Total	25.160	33.859	3.902	62.921	25.210
Circulante				59.018	21.764
Longo Prazo				3.903	3.446

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Obrigações por empréstimos
a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até	De 3 a	Acima de	31/12/2014	31/12/2013
	3 meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	66.228	9.696	-	75.924	-
Obrigações para empréstimos no exterior	-	487.086	-	487.086	-
Total	66.228	496.782	-	563.010	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 0,7% a.a à 2,15% a.a. As aplicações em TVM no exterior na sua totalidade foram dadas em garantia dessa operação.

17. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	927	192
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.057	3.768
Pis	329	204
Cofins	2.027	1.255
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	5.850	3.900
I.R.- s/ operações de renda variável	1.801	-
I.R.- s/ operações de renda fixa	20	68
IOF - Capital de Giro	264	305
Outros	173	47
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	10.153	1.142
Provisão para Contribuição Social	5.298	443
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	13.610	17.699
Total	46.509	29.023
Circulante	46.509	29.023

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1.1)	20.874	20.105
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2.1)	28.594	26.033
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	11	101
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	14.040	46.166
Outras Despesas Administrativas	317	215
Outros Pagamentos ⁽³⁾	43.745	5.012
Consignados	578	1.973
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.974	11.080
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	2.219	1.167
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	4.595	14.741
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	1.043
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 8 f.1)	105.040	-
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	796
Provisão para Fianças	1.226	-
Credores Diversos - Exterior/País	9.625	2.439
Total	245.611	130.871
Circulante	196.143	80.350
Longo Prazo	49.468	50.521

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Composto basicamente por PLR.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Em dezembro de 2014 foram reconhecidas receitas de processo transitado e julgado no valor de R\$ 1.348 (Nota 28) Não existiam ativos contingentes para 31 de dezembro de 2013.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	20.105	2.756
Constituição Líquida de Reversão	769	17.349
Saldo Final	20.874	20.105

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$2.738 (2013 - R\$3.423).

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir de dezembro de 2013, além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas.

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. A movimentação da provisão para processos cíveis está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	26.033	42.621
Constituição Líquida de Reversão	2.561	(16.588)
Saldo Final	28.594	26.033

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$5.264 (2013 - R\$2.946).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Processos Trabalhistas	1.795	962
Processos Cíveis	29.079	33.813
Total	30.874	34.775

19. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$2.103.451 (2013 - R\$2.080.301) de domiciliados no País, sendo que o aumento de capital no montante de R\$23.150 está em fase de homologação pelo Bacen, está assim representado:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.027.362	76.088	2.103.450	2.004.212	76.089	2.080.301
Total	2.027.362	76.088	2.103.450	2.004.212	76.089	2.080.301

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de (R\$8.193).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2014 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$39.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, á alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$33.150 (2013 - R\$26.000 - líquido de imposto R\$22.100). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2013 - R\$10.000) será pago ao acionista, e o montante líquido de R\$23.150 (2013 - R\$12.100 - homologado pelo Bacen) foi capitalizado na Companhia, cuja capitalização, está em fase de homologação pelo Bacen. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$15.600 (2013 - R\$10.267).

20. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de Referência Nível I	2.037.134	2.035.360
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.037.134	2.035.360
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	4.410.010	2.731.814
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	3.433.237	1.994.580
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	326.921	167.806
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	649.852	569.428
Índice de Basileia III e II	46,2	74,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a.) Benefícios Pós-Emprego

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2014	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferências		31/12/2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Aplicações em Operações Compromissadas	-	51.788	-	7.741
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	51.788	-	7.741
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	60.878	134.584	27.629	33.794
JBS S.A. (JBS)	60.878	105.041	27.629	33.784
Vigor Alimentos S.A.	-	29.543	-	165
Fundo Matone V	-	-	-	(155)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	835	40.834	-	-
Matone Promotora Ltda	-	39.999	-	-
J&F Participações Ltda	835	835	-	-
Cessão de crédito sem retenção substancial de Risco (Nota 8.f.1)	-	-	2.408	1.028
J&F Investimentos S.A.	-	-	2.408	1.028
Depósito a Vista	(61)	(86)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(2)	(1)	-	-
J&F Participações Ltda	(18)	(78)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(2)	(7)	-	-
Promotora	(39)	-	-	-
Depósito a Prazo	(15.278)	(6.916)	(537)	(173)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(10.398)	-	(398)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(951)	-	(51)	-
Matone Promotora Ltda	(3.929)	(6.916)	(88)	(173)
Captação no Mercado Aberto	(93.959)	-	(8.020)	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	(93.959)	-	(8.020)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.771)	-	(48)	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	(1.288)	-	(6)	-
Outros ⁽¹⁾	(1.483)	-	(42)	-
JCP a Pagar	(39.000)	(26.000)	(39.000)	(26.000)
J&F (Nota 19.c)	(39.000)	(26.000)	(39.000)	(26.000)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(1.043)	-	178
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(894)	-	-
J&F	-	(149)	-	178
Outras Obrigações - Diversas	-	(648)	-	-
J&F	-	(648)	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

d) Remuneração dos Administradores

Até a data de 31 de dezembro de 2014 a remuneração dos 20 membros da administração (2013 - 20 membros) totalizaram R\$ 48.282 (2013 - R\$ 35.267).

22. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2014	31/12/2013
Operações de Crédito	-	-	87
Cobrança e Arrecadações	449	694	936
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	-	-	1.734
Tarifas e serviços bancários	11	23	-
Renda de garantia prestada	879	1.137	-
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	2.621	6.346	-
Serviço de recebimento e envio de valores	6.018	7.518	-
Outras	851	1.164	35
Total	10.829	16.882	2.792

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	(31.885)	(62.107)	(48.769)
Encargos	(10.778)	(20.110)	(15.380)
Benefícios	(3.665)	(6.684)	(5.547)
Outras	(622)	(1.080)	(32)
Total	(46.950)	(89.981)	(69.728)

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco Original do Agronegócio S.A. foi transferido para o Banco. As despesas de pessoal foram, em sua maioria, transferidas também.

24. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(8.824)	(16.915)	(25.611)
Depreciações e Amortizações	(895)	(1.693)	(1.799)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(1.731)	(3.080)	(2.502)
Comunicações	(342)	(600)	(858)
Processamento de Dados	(4.850)	(9.226)	(4.285)
Aluguéis	(4.174)	(8.457)	(7.320)
Transportes e Viagens	(1.532)	(2.320)	(1.241)
Serviços de Vigilância e Segurança	(327)	(328)	(1)
Manutenção e Conservação de Bens	(843)	(1.220)	(353)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(2.643)	(4.307)	(9.120)
Água, Energia e Gás	(277)	(545)	(68)
Material	(227)	(289)	(112)
Outras	(3.076)	(5.662)	(5.450)
Total	(29.741)	(54.642)	(58.720)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

25. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesa com Cofins	(5.410)	(11.325)	(8.988)
Despesa com ISS	(666)	(970)	(140)
Despesa com PIS/Pasep	(879)	(1.840)	(1.461)
IOF	(1)	(1)	-
Tributos Estaduais	(421)	(538)	(569)
Tributos Municipais	(10)	(1.155)	-
Outras ⁽¹⁾	(344)	(359)	-
Total	(7.731)	(16.188)	(11.158)

(1) Taxas e outros tributos.

26- Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	901	906	-
Atualização de Impostos a Compensar	72	213	294
Recuperação de Encargos e Despesas	820	820	3.460
Juros de atualização	334	2.321	-
Reversão de Provisões Operacionais	6.688	4.119	3.074
Cíveis ⁽¹⁾	2.676	-	-
Reversão provisão de Fiança	77	130	-
Reversão provisão Matone	2.829	2.829	-
Reversão provisão Recursos Legais	694	694	-
Outras	412	466	3.074
Total	8.815	8.379	6.828

(1) No segundo semestre houve reversão de provisão cíveis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões Operacionais	(625)	(3.564)	(2.117)
Trabalhistas	(2)	(769)	(761)
Cíveis ⁽¹⁾	-	(2.561)	-
Outras	(623)	(234)	(1.356)
Indenizações trabalhistas	(2.072)	(4.393)	-
Patrocínio	-	-	(61)
Outras	(1)	(1)	(492)
Total	(2.698)	(7.958)	(2.670)

(1) No segundo semestre houve reversão de provisão cíveis.

28. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	-	24
Ganho de Capital	-	-	487
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	(686)	-
Baixa de outros investimentos	(139)	(139)	-
Outras Receitas/(Despesas) ⁽¹⁾	1.348	1.348	(93)
Total	1.209	523	418

(1) Recebimento de contingência ativa.

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	53.477	35.483
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	178	(13.700)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(437)	8.564
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	9.466	15.958
Base de cálculo - CSLL	53.218	30.347
Base de cálculo - IRPJ	63.121	37.741
CSLL - 15%	(7.983)	(4.552)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(15.434)	(9.306)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.416)	(13.858)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	(126)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(23.416)	(13.984)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta.

 O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site www.bancooriginal.com.br na seção Original/Demonstrações Financeiras/Relatório Público de Gestão de Riscos.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme disposto na Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e de não negociação (banking). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentual de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012 assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

Fundamentadas com estas informações quantitativas e aliadas às estratégias de crescimento da instituição, sua diretoria baliza as políticas de captação e aplicações de forma a conservar e garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos. Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos, Projeção do Fluxo de Caixa, Teste de Stress e Plano de Contingência.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar, gerar indicadores e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócio, reportando a Alta Administração possíveis desvios.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco numa operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

O Banco utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, os avais e fianças concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$189.816 (2013 - R\$68.320), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários, e coobrigação em cessões de créditos em R\$451 (2013 - R\$1.400), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.226.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2014 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$6.409 (2013 - R\$18.804) referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$ 370 (2013 - R\$733). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2014 o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Original promoveu a alteração de composição do Comitê de Auditoria. Não obstante a permissão para instituições financeiras de capital fechado, constante do art. 11, § 1º, inciso I, e do art. 13, inciso II, "a", da Resolução 3198/04, de participação de diretores no Comitê de Auditoria, o Banco optou pela migração para um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, o que se alinha às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A., de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco Original em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos e responsável pela Ouvidoria, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2014.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos de auditoria interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Comitê de Auditoria

Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linares
Miguel Burgos Neto